



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nr 04/2013-DEC-SRP
(AQUISIÇÃO DE GERADOR PARA O DEC)**

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1) O PRESENTE EDITAL E OS ANEXOS PODEM SER OBTIDOS DAS SEGUINTE FORMAS:

a) POR MEIO DO E-MAIL: CPL@DEC.EB.MIL.BR

b) DIRETAMENTO NO DEC, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CD-R, CD-RW, PEN DRIVE OU OUTRO DISPOSITIVO QUE PERMITA CÓPIA DOS ARQUIVOS;

c) POR MEIO DO SITE: www.comprasnet.gov.br e www.dec.eb.mil.br

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À SEÇÃO DE LICITAÇÕES (CPL) DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SITUADO NO QGEX, BLOCO B, 3º PISO, SETOR MILITAR URBANO, BRASÍLIA DF, PELOS TELEFONES (061) 3415-4862, FAX 3415 5091 E E-MAIL - CPL@DEC.EB.MIL.BR, NO HORÁRIO DAS 09:30 H ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 ÀS 16:30 HORAS, DE 2ª A 5ª E NO HORÁRIO DE 08:30 ÀS 11:30 HORAS NA SEXTA-FEIRA;**

**Processo Administrativo Nr 14 /2013 – DEC
Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data de abertura da sessão pública: 09 de abril de 2013.
Horário: 09:30 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br**

A UNIÃO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, por intermédio do Ministério da Defesa/Comando do Exército/DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC), Organização Militar do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ nº 07.521.315/0001-23, torna público por meio de seus Pregoeiros, designados pelos Boletins Interno Nº 095 de 22 de maio de 2012 e 172 de 12 de setembro de 2012, respectivamente, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo menor preço por item, com o fim de escolher a proposta mais vantajosa e realizar o Registro de Preços para a aquisição de GRUPO GERADOR DIESEL, 3,0 Kva, Equipado com motor diesel de 6,5HP, partida manual, monofásico, Potência de 3,0 Kva, bivolt, equipado com tanque de combustível de 10,0 litros (no mínimo), contendo: Alternador com Potência máxima: 3,0 Kva (3000 Watts), Tensão de saída: 110V e 220V,- Regulador de voltagem: AVR, Frequência: 60Hz e Corrente: 19,2 A

(110V) / 9,6A (220). Motor do Tipo: 4 tempos, Refrigerado a ar, Potência: 6,5 HP / 3600 RPM, Cilindradas: 296 cc, Partida: Manual Retrátil, Combustível: capacidade do tanque: 10,0 litros (no mínimo), Capacidade do cárter de óleo: 1,1 litros, autonomia (50% de carga): 15 horas, dimensões (L x C x A): 69cm x 51cm x 57cm (no máximo), peso: 90,0 Kg (no máximo), nível de ruído: 68db (7m), carregador de bateria: 12v/8,3^a, alerta de nível, manual de operação e manutenção e catálogo de peças . para o DEC. O procedimento licitatório obedecerá ao Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6204, de 05 de setembro de 2007, Decreto 7892, de 23 de janeiro de 2013, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a IG 12-02 (Instruções Gerais sobre Licitações e Contratos no âmbito do Comando do Exército), demais diplomas legais vigentes, bem como as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O presente Pregão Eletrônico tem por objetivo a obtenção da proposta mais vantajosa, para a aquisição de GRUPO GERADOR DIESEL, 3,0 Kva, Equipado com motor diesel de 6,5HP, partida manual, monofásico, Potência de 3,0 Kva, bivolt, equipado com tanque de combustível de 10,0 litros (no mínimo), contendo: Alternador com Potência máxima: 3,0 Kva (3000 Watts), Tensão de saída: 110V e 220V,- Regulador de voltagem: AVR, Frequência: 60Hz e Corrente: 19,2 A (110V) / 9,6A (220). Motor do Tipo: 4 tempos, Refrigerado a ar, Potência: 6,5 HP / 3600 RPM, Cilindradas: 296 cc, Partida: Manual Retrátil, Combustível: capacidade do tanque: 10,0 litros (no mínimo), Capacidade do cárter de óleo: 1,1 litros, autonomia (50% de carga): 15 horas, dimensões (L x C x A): 69cm x 51cm x 57cm (no máximo), peso: 90,0 Kg (no máximo), nível de ruído: 68db (7m), carregador de bateria: 12v/8,3^a, alerta de nível, manual de operação e manutenção e catálogo de peças

2. ESCLARECIMENTOS INICIAIS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTES PREGÃO AS EMPRESAS QUE:

2.1.1. atendam às condições deste edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou por servidor da Equipe de Apoio do Pregão, à vista dos originais;

2.1.2. estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002;

2.1.3. as empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas;

2.1.4. não estejam sob falência, concurso de credores, dissoluções, liquidações, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e

2.1.5. não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

2.2. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado no sistema do comprasnet”, de preenchimento obrigatório do fornecedor, deverá conter o detalhamento completo do objeto ofertado sob pena de ter a proposta desclassificada.

2.3. A linha de fornecimento do licitante vencedor será consultada no SICAF, ocasião em que será verificado se o mesmo está autorizado a comercializar os materiais, objeto deste edital, caso haja alguma dúvida será realizado consulta o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e, solicitado ainda o Contrato Social da empresa registrado na Junta Comercial do respectivo Estado da Federação. Em caso do licitante não estiver autorizado a comercializar o produto objeto deste certame, terá sua proposta recusada.

2.4. À Administração poderá realizar diligências em qualquer fase da licitação, de acordo com o § 3º do Art 43, da Lei 8.666/93;

2.5. À empresa vencedora não poderá subcontratar em todo ou parte do objeto deste certame.

3. DOS PARTICIPANTES

3.1. UNIDADE GERENCIADORA – Departamento de Engenharia e Construção - UASG 160067

3.2. UNIDADE/ÓRGÃO PARTICIPANTES:

3.2.1. Base Administrativa do CCOMGEx – UASG 160528.

3.3. Em caso de admissão de participação pelo órgão gerenciador, os Órgãos não participantes poderão aderir à ata de registro de preços, adquirindo até o quádruplo do quantitativo licitado de cada item, conforme o disposto no § 4º do Art 22, da Portaria 7892, de 23 de janeiro de 2013.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES A SEREM ADQUIRIDAS

4.1. Pelo Órgão Gerenciador: 63 (sessenta e tres) unidades

4.2. Pelo Órgão Participante: 10 (dez) unidades

4.3. Pelos Órgãos não participantes da Ata caso aja adesões: 365 (trezentos e sessenta e cinco) unidades.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005, no site: <http://www.comprasnet.gov.br>

5.2. O Credenciamento do Licitante, dependerá do cadastro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

5.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações referentes ao pregão eletrônico (§ 6º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

5.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Departamento de Engenharia e Construção – DEC, promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br>, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. (inc III, do Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

6.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inc IV, Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

6.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, **das 09:00 horas do dia 27 de março de 2013 às 09:30: horas do dia 09 de abril de 2013**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 21, do Decreto 5.450/2005).

6.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.5. **A Proposta de Preço vencedora contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverá ser enviada em formulário específico, de acordo com Anexo II, bem como os demais documentos previstos para habilitação, no prazo de 02 (duas) horas seguintes ao encerramento da fase de lances, pelos seguintes meios: digitalizado e assinado através do e-mail cpl@dec.eb.mil.br (*o(s) arquivo(s) não poderão ser superiores a 3(três) mega bytes*, ou se preferir a critério do licitante via fax (061) 3415-5091, e quando solicitado pelo pregoeiro em caso de negociação de preços, e após a homologação do certame os documentos originais ou cópias, autenticadas por cartório competente, sendo apresentados no prazo de 02 (dois) dias úteis, **contendo os seguintes dados:****

6.5.1. ser apresentada, por item, em original, em papel timbrado da licitante ou apenas identificado com nome ou sua razão social, em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;

6.5.2. a oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

6.5.3. consignar a assinatura do responsável e do representante legal da empresa na proposta, bem como a identificação de seu nome abaixo da assinatura. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida na fase de julgamento;

6.5.4. não serão admitidas propostas de licitantes que apresentarem equipamentos com as especificações diferentes das estabelecidas neste edital;

6.5.5. a proposta terá validade mínima de **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data da apresentação;

6.5.6. constar preço unitário e total. Em caso de divergência entre o valor unitário e total será considerado o primeiro, e, entre o expresso em algarismo e por extenso será considerado este último. O preenchimento incorreto dos itens necessários para o julgamento implicará na desclassificação da Proposta Comercial da licitante para o item cotado;

6.5.7. declaração expressa de que nos preços estão incluídos todas as taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega do objeto ofertado;

6.5.8. conter os seguintes dados do licitante: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento;

6.5.9. o pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos; e

6.5.10. declaração de total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

6.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.7. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.8. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

6.9. O fornecedor que não encaminhar os documentos conforme item 5.5 estará desclassificado.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta às 09:30h do dia 09 de abril de 2013. (horário de Brasília-DF).

8. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.2. Os licitantes darão lances sucessivos, observados o horário e as regras de aceitação dos mesmos.

8.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.5. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

8.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. Findo o prazo, automaticamente, será encerrada a recepção de lances.

8.7. Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de preços e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, com o objetivo de obter preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

9.2. Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

9.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.4. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

10. DA MICRO EMPRESA E EPP

10.1. Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitado o seguinte:

10.2. a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

10.3. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.4. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta Condição, o sistema convocará a empresa que registrou o lance primeiro, para o exercício do benefício.

10.5. a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada à apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

10.6. na hipótese da não-contratação nos termos previstos nesta Condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

10.7. o disposto nesta Condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

10.8. o Pregoeiro solicitará documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com o anexo VI.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A Habilitação das licitantes será verificada **“On-Line”**, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF**, após o exame da aceitabilidade da proposta, devendo, ainda, a licitante apresentar:

11.1.1. Declaração de Fatos Impeditivos, conforme regulamentação constante da IN nº. 02-SLTI, de 11 Out 10, nos termos do modelo constante do Anexo V deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

11.1.2. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital;

11.1.3. Atestados de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica), que deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste que a licitante tenha fornecido, o objeto pertinente da presente licitação, nos termos do modelo constante do Anexo III deste Edital;

11.1.4. Declaração de Elaboração Independente da Proposta.

11.1.5. Declaração para ME/EPP, quando for o caso (Anexo VI).

11.1.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440, de 07 Jul 11)

11.1.7. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maior que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

LG=Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.2. Em hipótese alguma será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, de modo que a falta de quaisquer documentos implicará a inabilitação da licitante.

11.3. A Administração consultará ainda o CADIN, o Portal da Transparência/Ceis e o Portal do CNJ.

12.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

12.3.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

12.3.2. A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país apresentará o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

13.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnação do ato convocatório deste Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

13.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos do ato convocatório deste Pregão, até 03 (três) dias úteis antes do término da data fixada para entrega das propostas, decaindo do direito perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

13.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

13.4. Aceita à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14. DOS RECURSOS

14.1. É admissível impugnação, recurso, representação e pedido de reconsideração dentro das razões e condições definidas nos Art. 41 e 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.2. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro e realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios. O licitante deverá atentar-se à abertura do prazo para intenção de recursos, comandado no SISTEMA pelo pregoeiro. Não serão considerados recursos interpostos após o fechamento do prazo.

14.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

14.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações do DEC,

situada no QGEx, Bloco “B”, 3º Piso, SMU – BRASÍLIA-DF.

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento dos materiais far-se-á da seguinte forma:

15.1.1. provisoriamente, quantitativamente, para posterior comprovação da conformidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;

15.1.2. definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Exame, a ser designada pela Fiscalização, após comprovação da compatibilidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital e o seu funcionamento, após a instalação;

15.1.3. rejeitado, quando os materiais estiverem em desacordo com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital ou se os materiais apresentarem falhas de funcionamento e de uso.

16. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

16.1. O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no máximo de 90 (noventa) dias corridos, após o recebimento do Empenho.

16.2. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Nr Ordem	Local de Entrega	Endereço	Quant.
01	17ª Base Logística	Av Pinheiro Machado, 2243, bairro São Cristovão – Porto Velho –RO, CEP 70804-046, Tel (69)3218-4430	17
02	23ª Batalhão Logístico de Seva	Rodovia Transamazônica Km 9, bairro Nova Marabá – Marabá-PA, CEP 68501-970, Tel (94)3312-1200	17
03	8º Depósito de Suprimentos	Rodovia Artur Bernandes, 8400 – bairro Bernandrdes – Pratinha II – Belém-PA, CEP66.816-000, Tel (91)3258-0300	05
04	10º Depósito de Suprimentos	Av Marechal Bitencourt, 100 – bairro Dias Macedo - Fortaleza-CE, CEP 60.860-540, Tel (85)3295-1411	12
05	9 Batalhão de Suprimentos	Rua Gen Nepomuceno Costa, 219 – bairro Vila Alba – Capo Grande-MS, CEP 79.100-010, Tel 3368-4231.	12
06	Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército	DF 001 – Km 5 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte Brasília-DF – CEP 71559-902, Tel (61) 3415-3366	10

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Conforme estabelece o § 2º do Art 7º do Dec 7892, de 23 de janeiro de 2013, a dotação orçamentária somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

18. DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta dias) dias corridos, contados da data da atestação, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura, observada a aceitabilidade do objeto licitado, devidamente atestada pelo setor competente.

18.2. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via ON LINE), no portal do TST quanto a Certidão Negativa de Dívidas Trabalhistas, no portal do CNJ quanto a condenação por Improbidade Administrativa, ao CADIN e ao Portal da Transparência, devendo a contratada estar com toda a sua documentação obrigatória válida.

18.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o DEC por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

18.4. A Nota Fiscal deverá conter as mesmas especificações da Nota de Empenho emitido pelo contratante.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

19.1.1. advertência;

19.1.2. multa;

19.1.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Departamento de Engenharia e Construção - DEC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

19.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei 8666/93.

19.2. A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

19.2.1. multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a entrega dos materiais;

19.2.2. multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega, substituição de material rejeitado, por dia de atraso até o limite de 30 dias, sobre o valor da Nota de Empenho;

19.3. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do contratado por eventuais perdas e danos à Administração Pública.

19.4. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC e o recibo entregue na Tesouraria do DEC.

19.5. O valor da multa, no caso de não recolhimento, poderá ser descontado pela Administração da garantia contratual.

19.6. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução dos serviços e/ou materiais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer sanção de impedimento de licitar com a Administração Pública. Poderá ser descredenciada junto ao SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas

previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

19.8. Se o adjudicatário recusar-se a assinar a **Ata de Registro de Preços**, injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, na forma da Lei.

19.9. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista neste Edital, na ata de registro de preços e neste contrato. Pela inexecução do compromisso firmado na **Ata de Registro de Preços**, o DEC poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93.

20. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

20.1. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

20.1.1. será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

20.1.2. o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços;

20.1.3. a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

20.2. O registro a que se refere o nº 20.1.2. acima, tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos nº 21.7 e 21.8.

20.3. Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

20.3.1. os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e

20.3.2. os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

20.3.3. Se houver mais de um licitante na situação de que trata o nº 20.3.2. acima, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

20.4. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.3. Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

20.4.4. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

21. DA ASSINATURA DA ATA E DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

21.1. Homologado o resultado da licitação os fornecedores classificados, observado o disposto no Art 11, do Dec nº 7892, de 23 de janeiro de 2013, transcrito abaixo, serão convocados para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos neste instrumento convocatório.

Art. 11. Após a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes condições:

- I - será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;
- II - o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e
- III - a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

§ 1º O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no nº Art 20 e 21.

§ 2º Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

- I - os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva; e
- II - os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceito cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.

§ 3º Se houver mais de um licitante na situação de que trata o inciso II do § 2º, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

21.2. O Fornecedor será convocado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação, assinar a Ata de Registro de Preços. A recusa injustificada em assinar a Ata, poderá dar ensejo as penalidades do nº 19 deste Edital.

21.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços, poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

21.4. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas neste instrumento convocatório, ficando garantido o contraditório e a ampla defesa.

21.5. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo(s) representante(s) legal(proprietário, preposto, gerente, sócio, etc..) da(s) empresa(s) vencedora(s) (classificada(s) em primeiro lugar).

21.6. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

21.7. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

21.8. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

21.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

21.10. Fica vedada a transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços.

22. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

22.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

22.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

22.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

22.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

22.5.1. O quantitativo máximo a adquirir para os órgãos não participantes será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) unidades, computado todas as adesões.

22.6. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata, exceto quando, justificadamente, não houver previsão no edital para aquisição ou contratação pelo órgão gerenciador.

22.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

22.8. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de even-

tuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

22.9. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

23. DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

23.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do **caput** do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

23.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

23.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

23.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

23.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

23.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

23.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

23.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

23.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

23.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

23.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

23.7.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

23.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos nº 23.7.1.; 23.7.2. e 23.7.3 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

23.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

23.9.1. por razão de interesse público; ou

23.9.2. a pedido do fornecedor.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. DA CONTRATADA

24.1.1. Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no termo de referência do edital;

24.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento da presente Ata;

24.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

24.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela Contratante por meio de consulta “on line” no SICAF.

24.1.5. O Inadimplemento ao subitem 24.1.4. anterior, ensejará a rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Adm, além das penalidades já previstas em Lei(Art 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso IIIe 87, da Lei 8666/93).

24.2. DA CONTRATANTE

24.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e no Edital de licitação anexo a este Instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal Administrativo do DEC e realizar a reter dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

24.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

24.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados.

24.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

24.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

24.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providencias corretivas.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1.Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a serem aplicadas, conforme disposto no art 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Adjudicatária de-

verá apresentar até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Instrumento Contratual, a garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sob pena de rescisão contratual sem prejuízo das multas previstas, dentre as seguintes modalidades:

- a. seguro garantia,
- b. fiança bancária,
- c. caução em dinheiro ou título da dívida pública.

25.2.O depósito de garantia de execução contratual deverá obedecer ao seguinte:

- a. Caução em dinheiro e títulos da dívida pública deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal;
- b. A garantia apresentada deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução do contrato.

25.3.Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive de multas aplicadas, a Adjudicatária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela DEC.

25.4.Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a Contratada deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia e/ou complementação da mesma, para o caso de utilização de fiança bancária ou seguro garantia.

25.5.A Garantia de Execução Contratual será liberada e restituída pela Entidade de Licitação após o término da sua vigência.

26. GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

-26.1.A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica de modo a garantir o desempenho satisfatório e a segurança operacional dos material fornecido, por pessoal habilitado, sempre que necessário, durante todo o período da garantia de 12 meses.

27. CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO

-27.1.A CONTRATADA obriga-se a assegurar continuidade de fornecimento de peças, sobressalentes ou componentes, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Caso seja cessada a produção ou importação do produto, a oferta deverá ser mantida por um período mínimo de 5(cinco) anos.

28. DO FORO

- As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do DEC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18, do Decreto 3.555/2000.

29.2. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo, inicialmente, estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

29.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.4. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

29.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais, desta Administração.

29.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

29.7. As normas que regem este pregão serão usadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.8. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Trabalho de Empregados em Condições Excepcionais e de Menor (Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,);

ANEXO V – Modelo de Declaração de Fatos Impeditivos;

ANEXO VI – Modelo de declaração para micro empresa e Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO VII – Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços; e

ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta.

ANEXO IX – Minuta do Contrato

Brasília-DF, 27 de fevereiro de 2013.

ROBSON COCINO DA COSTA - Cel
Ordenador de Despesas do DEC



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército/1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico a obtenção da proposta mais vantajosa, com a finalidade de se proceder ao Registro de Preços, para aquisição de Grupos Geradores de 3,0 KVA, descrito, quantificado e especificado, respectivamente, abaixo.

2. JUSTIFICATIVA

A presente aquisição visa a prover o Exército Brasileiro de bens (materiais) comuns e essenciais ao cumprimento de sua missão. A utilização da modalidade de licitação pregão eletrônico atende às determinações do Dec. 5.450/2005.

3. FUNDAMENTO LEGAL

O fundamento legal encontra-se na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto 5450, de 31 de maio de 2005, utilizando subsidiariamente as cominações legais da Lei n. 8.666/93 e suas alterações.

A utilização do Sistema de Registro de Preços tem fundamento, em virtude que as compras poderão ser realizadas parceladamente, conforme preceitua o Inciso II do Art 3º do Decreto 7892/13.

4. DA FORMA DE COTAÇÃO

Para efeito de cotação, será levado em conta o MENOR PREÇO POR ITEM.

4. MATERIAL:

5.1. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTD	UNID	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO QUE A ADM PODE PAGAR	VALOR TOTAL
1	GRUPO GERADOR DIESEL, 3,0 Kva	73	UND

Grupo Gerador, Equipado com motor diesel de 6,5HP, partida manual, monofásico, Potência de 3,0 Kva, bivolt, equipado com tanque de combustível de 10,0 litros (no mínimo).

OBS: O valor unitário máximo que à Administração pode pagar, foi obtido através de pesquisas de mercado realizadas, que farão parte do Processo Administrativo e poderão ser consultadas pelos licitantes para vistas logo após a fase de lances do certame no Departamento de Engenharia e Construção, sito à Ave nida do Exército – QG Ex – Bloco “B” – 3º Piso – Setor Militar Urbano – Brasília-DF.

5.1.1. Alternador

- Potência máxima: 3,0 Kva (3000 Watts)
- Tensão de saída: 110V e 220V
- Regulador de voltagem: AVR
- Frequência: 60Hz
- Corrente: 19,2 A (110V) / 9,6A (220)

5.1.2. Motor

- Tipo: 4 tempos, Refrigerado a ar
- Potência: 6,5 HP / 3600 RPM
- Cilindradas: 296 cc
- Partida: Manual Retrátil
- Combustível
- Capacidade do tanque: 10,0 litros (no mínimo)
- Capacidade do cárter de óleo: 1,1 litros
- Autonomia (50% de carga): 15 horas
- Dimensões (L x C x A): 69cm x 51cm x 57cm (no máximo)
- Peso: 90,0 Kg (no máximo)
- Nível de ruído: 68db (7m)
- Carregador de bateria: 12v/8,3A
- Alerta de nível
- Manual de operação e manutenção
- Catálogo de peças

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O DEC convocará a licitante vencedora, durante a validade da ATA, para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, aceitar e retirar a nota de empenho (NE), sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

6.2. O prazo de entrega, a partir do recebimento da respectiva Nota de Empenho, será de:

- de até 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho;

6.3. Os materiais, objeto desta licitação, deverão ser entregues nos endereços constantes do quadro seguinte:

Nº Ord	Local de Entrega	Endereço	Qnt
1	17ª Base Logística	Av. Pinheiro Machado, 2243, Bairro São Cristóvão, Porto Velho – RO, CEP 70804-046, fone (69) 3218-4430.	17
2	23º Batalhão Logístico de Selva	Rodovia Transamazônica Km 9, Bairro Nova Marabá, Marabá – PA, CEP 68.501-970, fone (94) 3312-1200.	17
3	8º Depósito de Suprimentos	Rodovia Artur Bernardes, 8400 – Bairro Bernardes 8400 Pratinha II, Belém – PA, CEP 66.816-000, fone (91) 3258-0300.	5
4	10º Depósito de Suprimentos	Av Marechal Bitencourt, 100 – Bairro Dias Macedo, Fortaleza – CE, CEP 60.860-540, fone (85) 3295-1411.	12
5	9º Batalhão de Suprimentos	Rua Gen Nepomuceno Costa, 219 – Bairro Vila Alba, Campo Grande – MS, CEP 79.100-010, fone (67) 3368-4231.	12
06	Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército	DF 001 – Km 5 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte Brasília-DF – CEP 71559-902, Tel (61) 3415-3366	10

6.4. De acordo com cláusula especificada na minuta de contrato, o objeto da presente licitação será recebido da seguinte forma:

a) provisoriamente, para posterior comprovação da conformidade do bem com as especificações técnicas;

b) definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Exame, a ser designada pela Fiscalização, após comprovação da compatibilidade do bem com as especificações constantes neste Anexo (Termo de Referência) do Edital;

c) rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital ou apresentarem falhas de funcionamento e de uso.

6.5. Os materiais permanentes deverão ter **garantia mínima de 12 (doze) meses** a contar da data do recebimento definitivo do material.

6.6. Cabe à CONTRATANTE, a seu critério e por intermédio de representante designado, exercer acompanhamento e fiscalização das fases de execução do contrato, obrigando-se a CONTRATADA a facilitar, de modo amplo e irrestrito, a ação do fiscal.

7. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O recebimento dos materiais far-se-á da seguinte forma:

7.1.1. provisoriamente, quantitativamente, para posterior comprovação da conformidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;

7.1.2. definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Exame, a ser designada pela Fiscalização, após comprovação da compatibilidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital e o seu funcionamento, após a instalação;

7.1.3. rejeitado, quando os materiais estiverem em desacordo com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital ou se os materiais apresentarem falhas de funcionamento e de uso.

Brasília – DF, 27 de fevereiro de 2013.

ANTONIO CESAR ALVES ROCHA - Cel
Responsável pelo Termo de Referência

De Acordo:

ROBSON COCINO DA COSTA - Cel
Ordenador de Despesas do DEC

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO II**PROPOSTA DE PREÇOS**

Brasília-DF, ____ de ____ de 2013

Referência: Edital do Pregão Nr ____ /2013– DEC

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc), ____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – DEC, o fornecimento dos materiais abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

Preços:

Item	Especificação	Unid	Qtd	Marca	Preço Unit	Preço Total
1	Descrição do item de acordo com edital	XX	XX	XX	XX	XX

Valor total da proposta R\$ ____ (_____) em algarismos e por extenso.

- Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;
- Prazo de entrega dos materiais será de até 90 (noventa) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho;
- Garantia de fábrica;
- Garantia estendida (quando houver);
- A entrega dos materiais será feita no local determinado pelo Edital, sem nenhum ônus para essa Organização Militar;
- Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- Dados bancários: (informar banco, agência e conta-corrente);
- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Nome , Cargo e Identidade do Representante da Empresa

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO III

MODELO DE ATESTADO DE BOA E REGULAR EXECUÇÃO DO OBJETO (CAPACIDADE TÉCNICA)

Referência: Edital do Pregão Nr _____ /2013– DEC

Nos termos do inciso II do art 30 da Lei 8.666/93, **ATESTO** que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nr _____, situada à _____, **entregou o _____, cumprindo fielmente as condições contratuais e as exigências técnicas de adequação e qualidade.**

Local e data

Nome - Cargo - Idt Nr
ÓRGÃO EMISSOR

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE EMPREGADOS EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS**

Referência: Edital do Pregão Nr ____/2013 – DEC

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inciso "V", art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Brasília, ____ de _____ de 2013.

Responsável ou Representante legal -idt nº**Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Referência: Edital do Pregão Nr _____/2013– DEC

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no (a) _____, declara, para os devidos fins do prego Nº ____/2008 - DEC, sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Brasília-DF, ____de _____de 2013.

Diretor ou representante legal - Idt Nº

(PAPEL TIMBRADO)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA E EPP

Referência: Edital do Pregão Nr _____ /2013 – DEC

Declaro para fins de licitação junto ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que a empresa _____, CNPJ _____ encontra-se enquadrada no conceito de micro e pequena empresa, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de acordo com o documento comprobatório anexo.

BRASÍLIA/DF _____ de _____ de 2013.

Ass. Responsável

NOME COMPLETO, IDT OU CPF



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército/1946)

ANEXO VII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2013-DEC

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº _____ / 2013

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos ____ de _____ de _____, no DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC) – Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, localizado no Quartel General do Exército – Bl “B” – 3º piso, nesta Capital Federal, o pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D. O. de 18 de julho de 2002, e os Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O. de 09 de agosto de 2000, 7892, de 23 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 24 de janeiro de 2013, 5.450 de 31 de maio de 2005, e 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O. de 09 de abril de 2001, em decorrência da aceitação, habilitação, adjudicação e homologação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº _____/2013-DEC - processo administrativo nº _____/2013-DEC** e do Aviso de Julgamento de Preços e Ato de Homologação da Ordenador de Despesas do DEC, publicada no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de 2013, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) do(s) **item(ns) descritos na cláusula primeira**, para à empresa _____, CNPJ _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de Grupo de Geradores para o DEC e C COM GEx do(s) **item (ns) Nr _____**, _____ (especificar o objeto de acordo com o anexo I do edital), conforme as condições e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência – anexo _____ do edital, no valor unitário de R\$ _____, de acordo com o encarte anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a **validade de 12 (doze) meses, a partir de ____ de _____ de 2012 a _____ de _____ de .**

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o DEC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços os órgãos que aderirem a IRP(Intenção de Registro de Preços) e os órgão não participantes da IRP, que na ocasião será concedido autorização até o quádruplo do quantitativo licitado por item previsto no edital

3.2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na cláusula primeira e aquele constante nos registros eletrônicos do pregão.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer conforme quadro abaixo:

Nº Ord	Local de Entrega	Endereço	Qnt
1	17ª Base Logística	Av. Pinheiro Machado, 2243, Bairro São Cristóvão, Porto Velho – RO, CEP 70804-046, fone (69) 3218-4430.	17
2	23º Batalhão Logístico de Selva	Rodovia Transamazônica Km 9, Bairro Nova Marabá, Marabá – PA, CEP 68.501-970, fone (94) 3312-1200.	17
3	8º Depósito de Suprimentos	Rodovia Artur Bernardes, 8400 – Bairro Bernardes 8400 Pratinha II, Belém – PA, CEP 66.816-000, fone (91) 3258-0300.	5
4	10º Depósito de Suprimentos	Av Marechal Bitencourt, 100 – Bairro Dias Macedo, Fortaleza – CE, CEP 60.860-540, fone (85) 3295-1411.	12
5	9º Batalhão de Suprimentos	Rua Gen Nepomuceno Costa, 219 – Bairro Vila Alba, Campo Grande – MS, CEP 79.100-010, fone (67)	12

		3368-4231.	
06	Base Administrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército	DF 001 – Km 5 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte Brasília-DF – CEP 71559-902, Tel (61) 3415-3366	10

4.2. O prazo de entrega será de 90 (noventa) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho.

4.3. A empresa deverá comunicar as Organizações Militares constantes do item 4.1 acima, com **72 horas** de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos materiais, que só poderá ocorrer no período compreendido entre 09:00h e 11:00h e 13:30h e 16:00h, de Segunda a Quinta-feira e de 08:00h e 11:00h de Sexta-feira.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela mediante apresentação da Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Nota de Empenho. Observados o recebimento provisório e definitivo, a Nota Fiscal, emitida pela empresa e entregue no Almoxarifado do DEC com discriminação dos bens, após atestada, será encaminhada ao Setor Financeiro para liquidação e pagamento.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR por meio de ordem bancária. Para isso deverá ser indicada na Nota Fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Será procedida consulta "ON LINE" junto ao SICAF antes de cada pagamento para verificação da situação do fornecedor, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente junto ao DEC. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. A entrega do produto só estará caracterizada após a liquidação da despesa pelo DEC. **O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega do item estiver prevista para data posterior à expiração da ATA.**

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração por:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do **caput** do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

OBS: O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV acima será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.2. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

8.1. Serão incluídos nesta Ata os licitantes que aceitarem cotar o objeto da licitação, com preço igual ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, sendo respeitada a ordem de classificação para efeito de contratação em caso de exclusão do primeiro colocado.

8.2. Cadastro Reserva na ordem de classificação a seguir:

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ATA o edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº _____ /2013-DEC e a proposta da empresa: _____, apresentada no certame mencionado.

10.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei 8.666/93 e dos Decretos nº 3.555/2000, 5.450/2005 E 7892/13.

10.3. As questões decorrentes da utilização da presente ATA, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal no foro da cidade de Brasília – DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Brasília-DF, _____ de _____ de 2013.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas do Departamento de Engenharia e Construção

Pregoeiro

XXXXXXX

Representante da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO Nr ____ /2013 - REGISTRO DE PREÇOS**ENCARTE À ATA**

Empresa: _____, CNPJ Nr _____, com sede na cidade de _____, Av/Rua/Quadra _____, Fone: (XX) _____, Fax: (XX) _____, representada neste ato pelo Sr.(a) _____, CPF Nr _____, RG Nr _____.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UNIDADE	QTD GLOBAL	UNITÁRIO	TOTAL

(PAPEL TIMBRADO)**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO****(INDEPENDENTE DE PROPOSTA)****(Identificação da Licitante)**

(Identificação completa do representante da licitante) como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do consorcio) doravante denominada (licitante/consórcio) para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara sob as penas da Lei, em especial o Art 299 do Código Penal Brasileiro que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firma-la.

_____, em _____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/consórcio, no âmbito da licitação, com
identificação completa)



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(DEPARTAMENTO TÉCNICO E DE PRODUÇÃO DO EXÉRCITO/1946)

ANEXO XIV
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA DE EQUIPAMENTOS
 CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉ-
 DIO DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E
 CONSTRUÇÃO E A
(empresa).....

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GERADORES

NATUREZA: OSTENSIVO

VIGÊNCIA: DOZE MESES

TERMO DE CONTRATO Nr ____ /2013-DEC

A União, pessoa de direito público interno, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Comando do Exército, inscrito no CNPJ sob o nº 07521315/0001-23, representado neste ato pelo Cel XXXXXXXXXX- Ordenador de Despesas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, representada neste ato pelo(seu(s) Diretor(es)....., de conformidade com as disposições estatutárias ou do contrato social) (ou pelo seu(s) procurador(es) de conformidade com o instrumento de procuração), Sr, carteira de identidade Nº....., CPF Nº....., daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista a Ata de Registro de Preços do Pregão nº 04 /2013-DEC-SRP, Processo Administrativo nº 14 /2013-DEC, firmam o presente CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GERADORES

PARA O DEC), o qual será regido pela Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

- O Objeto deste Contrato é a aquisição de GERADORES, constante do Anexo I (Termo de Referência) do Edital Nr 04 -2013/DEC- SRP.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE FORNECIMENTO

- O Objeto deste Contrato deverá ser entregue, por conta e risco da CONTRATADA, ou, no caso de entrega parcelada, deverá ser apresentado por ocasião da assinatura deste contrato, o cronograma de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAIS DE ENTREGA E PREÇOS

- Os preços unitário e total dos materiais que constituem o objeto deste Contrato, já incluídas as despesas de frete, impostos, seguro.

Nr Ordem	Local de Entrega	Endereço	Quant.	Valor Unit	Valor Total
01	17ª Base Logística	Av Pinheiro Machado, 2243, bairro São Cristovão – Porto Velho –RO, CEP 70804-046, Tel (69)3218-4430	17		
02	23ª Batalhão Logístico de Seva	Rodovia Transamazônica Km 9, bairro Nova Marabá – Marabá-PA, CEP 68501-970, Tel (94)3312-1200	17		
03	8º Depósito de Suprimentos	Rodovia Artur Bernandes, 8400 – bairro Bernandrdes – Pratinha II – Belém-PA, CEP66.816-000, Tel (91)3258-0300	05		
04	10º Depósito de Suprimentos	Av Marechal Bitencourt, 100 – bairro Dias Macedo - Fortaleza-CE, CEP 60.860-540, Tel (85)3295-1411	12		
05	9 Batalhão de Suprimentos	Rua Gen Nepomuceno Costa, 219 – bairro Vila Alba – Capo Grande-MS, CEP 79.100-010, Tel 3368-4231.	12		
06	Base Admstrativa do Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército	DF 001 – Km 5 – Setor Habitacional Taquari – Lago Norte Brasília-DF – CEP 71559-902, Tel (61) 3415-3366	10		

CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária, após o recebimento dos materiais, contra a apresentação dos seguintes documentos:

4.1.1. Nota Fiscal

4.1.2.Termo de Recebimento Definitivo da OM recebedora.

4.2. O pagamento somente será autorizado após a apresentação ao CONTRATANTE de uma via da nota fiscal (ou cópia autenticada), devidamente liquidada e apropriada pelo Órgão Provedor, e do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE ENTREGA

- O objeto deste Contrato deverá ser entregue, no prazo máximo de 90 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas até a respectiva entrega, nos locais enumerados na Cláusula na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O recebimento dos materiais far-se-á da seguinte forma:

6.1.1. provisoriamente, quantitativamente, para posterior comprovação da conformidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;

6.1.2. definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Exame, a ser designada pela Fiscalização, após comprovação da compatibilidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital e o seu funcionamento, após a instalação;

6.1.3. rejeitado, quando os materiais estiverem em desacordo com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital ou se os materiais apresentarem falhas de funcionamento e de uso.

de cada Organização Militar

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS FINANCEIROS

- A despesa com a execução deste Contrato, no valor de R\$ ____ (____), será atendida por recursos da dotação orçamentária do PJT/ATV _____ ND_____, Fonte_____, já empenhado o valor de R\$ _____ (_____), conforme Nota de Empenho nº _____.

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA TÉCNICA

8.1. O prazo de garantia técnica mínima do Objeto deste Contrato será de 12 (doze) meses, contados da **data do seu recebimento definitivo**, de acordo com exigência do edital e constante da proposta apresentada pela CONTRATADA. Fica a CONTRATADA obrigada a substituir ou reparar às suas expensas os materiais, peças ou componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem.

8.2. Constatada a falha ou defeito, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para sanar a deficiência apresentada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.3. Se os defeitos verificados no objeto deste Contrato forem oriundos de negligência ou de uso indevido pela CONTRATANTE, constatada essa condição de comum acordo entre as partes, as despesas decorrentes da substituição ou reparação serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica de modo a garantir o desempenho satisfatório e a segurança operacional dos material fornecido, por pessoal habilitado, sempre que necessário, durante todo o período da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO

- A CONTRATADA obriga-se a assegurar continuidade de fornecimento de peças, sobressalentes ou componentes, enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Caso seja cessada a produção ou importação do produto, a oferta deverá ser mantida por um período mínimo de 5(cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.2. Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um **preposto** para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

11.3 - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

12. 1. Os prazos de entrega poderão ser prorrogados, desde que ocorra um dos seguintes motivos:

12.1.1. Alteração das especificações pela CONTRATANTE;

12.1.2. superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;

12.1.3. interrupção da execução deste Contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da CONTRATANTE;

12.1.4. aumento das quantidades inicialmente previstas neste Contrato, nos limites permitidos na Cláusula;

12.1.5. impedimento de execução deste Contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência;

12.1.6. omissão ou atraso de providências a cargo da Contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste Contrato.

12.2. Verificado algum dos motivos relacionados, a CONTRATANTE poderá conceder a prorrogação necessária, desde que o respectivo pedido seja apresentado pela CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentado, até 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo contratual.

12.3. Nos casos previstos nesta Cláusula, os prazos serão prorrogados por período considerado razoável de comum acordo entre as partes, em face das circunstâncias do caso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

13.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.1.1. advertência;

13.1.2. multa;

13.1.3. suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Departamento de Engenharia e Construção - DEC, pelo prazo de até 05 (cinco) anos; e

13.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública nos termos do inciso IV do art. 87, da Lei 8666/93.

13.2. A Administração poderá aplicar as seguintes multas:

13.2.1. multa de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o valor total estimado da contratação, no caso de recusa injustificada para a entrega dos materiais;

13.2.2. multa de 0,25% (vinte e cinco centésimos) em caso de atraso injustificado no cumprimento dos prazos de entrega, substituição de material rejeitado, por dia de atraso, sobre o valor da Nota de Empenho;

13.3. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do contratado por eventuais perdas e danos à Administração Pública.

13.4. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo DEC e o recibo entregue na Tesouraria do DEC.

13.5. O valor da multa, no caso de não recolhimento, poderá ser descontado pela Administração da garantia contratual.

13.6. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução dos serviços e/ou materiais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer sanção de impedimento de licitar com a Administração Pública. Poderá ser descredenciada junto ao SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

13.8. Se o adjudicatário recusar-se a assinar a **Ata de Registro de Preços**, injustificadamente, ou não apresentar situação regular de habilitação, serão convocados os licitantes remanescentes para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades, na forma da Lei.

13.9. O atraso injustificado na entrega do objeto sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista neste Edital, na ata de registro de preços e neste contrato. Pela inexecução do compromisso firmado na **Ata de Registro de Preços**, o DEC poderá, garantida a defesa prévia, aplicar ao contratado as sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1. Este contrato poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei 8666/93, que de alguma forma comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

14.2. No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

14.3. A contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

15.1. DA CONTRATADA

15.1.1. Executar o objeto, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido obedecida a adequação e as características técnicas exigidas no termo de referência do edital;

15.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento da presente Ata;

15.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

15.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela Contratante por meio de consulta “on line” no SICAF.

15.1.5. O Inadimplemento ao subitem 15.1.4. anterior, ensejará a rescisão do contrato e a execução da garantia para ressarcimento dos valores e indenizações devidos à Adm, além das penalidades já previstas em Lei(Art 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso IIIe 87, da Lei 8666/93).

15.2. DA CONTRATANTE

15.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e no Edital de licitação anexo a este Instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal Administrativo do DEC e realizar a reter dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

15.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

15.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados.

15.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

15.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

15.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– COMUNICAÇÃO

- Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra, em virtude deste Contrato, será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços a seguir indicados:

CONTRATANTE: COMANDO DO EXÉRCITO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

QGEx - Bloco “B” – 3º PISO - SMU

Brasília –DF

CEP: 70630-901

CONTRATADA: _____

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- Qualquer alteração neste Contrato será feita por Termo Aditivo e obedecerá as mesmas formalidades deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

- O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1.Como garantia integral de todas as obrigações assumidas, inclusive indenizações a terceiros e multas que venham a serem aplicadas, conforme disposto no art 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a Adjudicatária deverá apresentar até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do Instrumento Contratual, a garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato sob pena de rescisão contratual sem prejuízo das multas previstas, dentre as seguintes modalidades:

- d.** seguro garantia,
- e.** fiança bancária,
- f.** caução em dinheiro ou título da dívida pública.

19.2.O depósito de garantia de execução contratual deverá obedecer ao seguinte:

- c.** Caução em dinheiro e títulos da dívida pública deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal;

d. A garantia apresentada deverá ter prazo de validade que abranja todo o prazo de execução do contrato.

19.3. Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação, inclusive de multas aplicadas, a Adjudicatária obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que for notificada pela DEC.

19.4. Na hipótese de prorrogação do prazo de vigência do contrato, a Contratada deverá apresentar prorrogação do prazo de validade da garantia e/ou complementação da mesma, para o caso de utilização de fiança bancária ou seguro garantia.

19.5. A Garantia de Execução Contratual será liberada e restituída pela Entidade de Licitação após o término da sua vigência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – ANEXOS

- Constituem anexos deste Contrato, dele fazendo parte integrante:

20.1. A proposta da CONTRATADA, de ____ de ____ de ____

20.2. Especificações Técnicas;

20.3. Notas de Empenho 2013NE _____ de ____ de _____

20.4. Cronograma de entrega.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

- O DEC fará publicar no DOU o extrato do presente contrato, de acordo com o Art 61 da Lei 8666/93 e Art 13 da IN Nr 08, de 04 Dez 98-MARE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

22.1 O prazo de vigência do presente contrato será a contar de sua assinatura até _____ meses (prazo de entrega somado ao prazo de garantia de fábrica) e eficácia na data da publicação no DOU.

22.2 O prazo de vigência supra rende-se aos aspectos de vigência das garantias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

- As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 03 (tres) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produza os efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente **Contrato** em todas as suas cláusulas.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2013.

<hr/> <div>ORDENADOR DE DESPESAS</div> <div>CPF:</div> <div>Ordenador de Despesas do DEC</div>	<hr/> <div>CPF:</div> <div>Representante da empresa _____</div>
<hr/> <div>CPF:</div> <div>1ª Testemunha</div>	<hr/> <div>CPF:</div> <div>2ª Testemunha</div>